



# A Santa Sé

---

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II  
AO SENHOR GUILLERMO LEÓN ESCOBAR-HERRÁN  
NOVO EMBAIXADOR DA COLÔMBIA JUNTO DA SANTA SÉ**

Sábado, 7 de Novembro de 1998

*Senhor Embaixador*

1. Ao aceitar as Cartas Credenciais mediante as quais Vossa Excelência é acreditado como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Colômbia junto da Santa Sé, é de bom grado que, em primeiro lugar, lhe apresento as minhas cordiais boas-vindas e lhe agradeço as amáveis palavras que quis dirigir-me, bem como a deferente saudação do Senhor Presidente da República, Senhor Doutor Andrés Pastrana Arango, a quem retribuo sinceramente reconhecido, formulando os meus melhores votos para ele e toda a querida Nação colombiana.

2. Este acto, Senhor Embaixador, assinala o início do excelso e nobre cargo de representar o seu País junto da Santa Sé e oferece a oportunidade de reflectir sobre a grande responsabilidade que assume, e acerca da importância da função que desempenha. De facto, a missão diplomática por si mesma tende para o diálogo, para a busca de caminhos que levem ao entendimento recíproco e à cooperação entre os povos.

A persistência de numerosos conflitos que hoje afligem a humanidade, com as suas consequências devastadoras e dramáticas, torna cada vez mais insuportável a ideia de uma humanidade que ainda não é capaz de superar as suas divergências através do diálogo e da conciliação. A isto junta-se também a convicção de que a paz não significa apenas o silêncio das armas, mas que é preciso afundar nas raízes que fazem da força e do interesse egoísta a razão suprema do comportamento humano. Por este motivo, o serviço à paz converte-se, na realidade, num compromisso em favor da justiça.

Por sua vez, a justiça nunca é completa nem duradoura sem a promoção da dignidade das pessoas e dos povos, e o respeito rigoroso dos direitos inalienáveis que daí derivam.

São estes os valores que presidem à actividade da Santa Sé no concerto das relações internacionais, as quais não pretendem ter outra força a não ser as suas próprias convicções, nem outro interesse senão o de conduzir os homens à plena realização da sua excelsa vocação de filhos de Deus, no cumprimento da sua missão de tornar presente a mensagem de Cristo. Por conseguinte, é nestes termos que ela se relaciona com os seus interlocutores, ressaltando a dimensão ética dos fenómenos sociais e políticos de cada momento, e contribuindo desta forma, a partir da raiz mesma dos problemas, para a sua resolução prática.

3. O mundo deste final de século vive mais do que nunca o impacto do processo de globalização: multiplica-se a comunicação, aumenta o intercâmbio e as fronteiras outrora robustas parece que se desmoronam ao sopro do progresso tecnológico. É uma situação rica de possibilidades inéditas, mas também de grandes desafios, que requerem cada vez mais uma grande responsabilidade e um profundo sentido ético da parte daqueles que têm o dever de tomar decisões que podem comprometer o destino da sociedade humana.

Isto verifica-se de maneira clara no âmbito da economia, no qual uma série de factores e actores se entrelaçam em estreita interdependência, tanto dentro de cada nação como a nível internacional, a ponto de ser impensável chegar à solução de determinadas situações de dificuldade sem a solidariedade decidida e concertada de todo o país, e a cooperação da comunidade internacional. A respeito disto desejo recordar que «a opção de investir num lugar em vez de outro, neste sector produtivo e não naquele é sempre uma escolha moral e cultural» (*Centesimus annus*, 36). Com efeito, o respeito da pessoa humana e o seu direito fundamental de levar uma vida digna deve prevalecer sobre os interesses de acumular benefícios ou manter posições de privilégio.

4. Os desequilíbrios sociais e a desmedida diferença na distribuição dos recursos materiais desencadeiam por vezes processos de conflito e de violência. Mas esta também pode ter outras raízes e, em qualquer caso, provoca por si mesma novas situações de instabilidade e de injustiça, criando desta forma um círculo nefasto que atormenta completamente a vida dos cidadãos e impede o seu progresso harmónico e integral. Por isto, deve-se apreciar o sério empenho do seu governo por estabelecer a paz num clima de reconciliação nacional, empreendido com decisão e amplitude de horizontes. Neste sentido, por fidelidade e coerência ao Evangelho da vida, a Igreja não pode deixar de reprovar qualquer forma de atentado contra a integridade e a liberdade das pessoas, qualquer acção terrorista cometida contra pessoas inocentes e até mesmo contra aqueles que tem como única missão servir a comunidade através do ministério pastoral.

Também neste aspecto tão doloroso a arte do diálogo, a primazia do Estado de Direito, a busca sincera do bem comum e o respeito dos direitos inalienáveis da pessoa, são garantia de um êxito satisfatório e duradouro.

5. Um factor de importância fundamental para a estabilidade e o crescimento da inteira sociedade é a atenção que se deve dar à família. Esta célula básica da vida de todo o país necessita do apoio e da colaboração das autoridades públicas, seguindo uma correcta aplicação do princípio de subsidiariedade, a fim de que a família possa alcançar os seus próprios fins. Devem ser criadas as condições propícias para que a família se possa estabelecer, manter-se de maneira estável em condições dignas, acolher sem receio o dom da vida e exercer o direito fundamental de educar de modo conveniente os filhos. Este direito dos pais de escolher o modelo de educação para os seus filhos deve ser tutelado e favorecido por uma justa cooperação do Estado, garantindo desta forma o seu exercício efectivo.

Os lamentáveis casos de abandono infantil, de dependência da droga por parte de crianças e adolescentes, de prostituição infantil e outras situações dramáticas que afectam a juventude, têm muitas vezes a sua raiz numa vida familiar lacerada ou corrompida por diversas circunstâncias. Senhor Embaixador, eis por que devem ser apreciadas todas as iniciativas que o seu Governo realiza neste delicado âmbito, esperando que se continue por esse caminho, como o meio mais apropriado para alcançar um progresso social constante e esperançoso nesse querido País.

6. É agradável verificar que as boas relações entre a Colômbia e a Santa Sé favorecem uma colaboração franca, dentro dos respectivos âmbitos de competência, para servir melhor as pessoas e a sociedade. Mas para além das meras relações formais, no seu discurso Vossa Excelência referiu-se ao afecto desta Sé Apostólica pelo povo colombiano. É sem dúvida um sentimento que existe desde há muito tempo, devido às raízes profundamente cristãs da sua Nação, e que foi confirmado pela visita do meu venerado predecessor Paulo VI, cujo 30º aniversário se celebrou neste ano.

Recordo pessoalmente com profunda gratidão a viagem que realizei à Colômbia em 1986. Aquelas inesquecíveis jornadas mostraram o autêntico rosto da sociedade colombiana, a fé sólida do seu povo, a solidariedade recíproca, o seu profundo sentido da hospitalidade, a sua capacidade de partilhar e trabalhar unidos, a alegria perante a vida. Tudo isto constitui um rico património espiritual e cultural que permite ter fundadas esperanças num futuro melhor.

7. Senhor Embaixador, no momento em que lhe peço para se fazer intérprete destes sentimentos e esperanças perante o seu Governo e o querido povo colombiano, exprimo-lhe os meus melhores votos de um frutuoso exercício da alta missão que lhe foi confiada. Em penhor dos favores divinos que o ajudem no desempenho das suas funções, e invocando a materna protecção da Virgem Maria, Nossa Senhora de Chiquinquirá, concedo-lhe de coração a Bênção Apostólica, que de bom grado faço extensiva à sua distinta família e aos seus colaboradores, bem como a todos os cidadãos da sua querida Nação.

© Copyright 1998 - Libreria Editrice Vaticana